

RECLAMAÇÃO Nº 39.387 - RS (2019/0354833-9)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECLAMANTE : **JOSÉ HERMETO STEINMETZ - ESPÓLIO**
REPR. POR : **NELI STEINMETZ**
REPR. POR : **JAIR ANTONIO STEINMETZ**
RECLAMANTE : **JAIR ANTONIO STEINMETZ**
ADVOGADO : **ALBERTO FRANTZ JUNIOR - RS088801**
RECLAMADO : **JUIZ DE DIREITO DA 1A VARA CÍVEL DE CERRO LAGO - RS**
INTERES. : **JOSE EUGENIO ANGNES**
ADVOGADO : **PROTASIO JOSE HILGERT - RS060761**

DECISÃO

Trata-se de reclamação, com pedido de liminar, proposta por JOSÉ HERMETO STEINMETZ - ESPÓLIO e JAIR ANTONIO STEINMETZ, com fundamento nos artigos 988 a 993 do Código de Processo Civil de 2015, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. POSSE (BENS IMÓVEIS). INCIDENTE DE IMPENHORABILIDADE. AUSÊNCIA DE PROVA DA ALEGADA IMPENHORABILIDADE. PRELIMINAR DE CONTRARRAZÕES DESACOLHIDA.

1. DA PRELIMINAR DE INADMISSIBILIDADE DO RECURSO. Estando o feito em fase de cumprimento de sentença, a decisão agravada é atacável por agravo de instrumento, motivo pelo qual é de se desacolher a preliminar suscitada em contrarrazões.

2. DO INCIDENTE DE IMPENHORABILIDADE. No caso dos autos, a parte agravante não logrou êxito em comprovar em tempo hábil as alegações suscitadas na petição do incidente de impenhorabilidade, fato que justifica a manutenção da decisão vergastada.

NEGARAM PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO. UNÂNIME" (fl. 122 e-STJ).

Os reclamantes aduzem que não lhes foi devidamente oportunizado o direito ao contraditório e ao devido processo legal no incidente de impenhorabilidade de suposto único imóvel da família.

Requerem que, liminarmente, seja suspenso o cumprimento de sentença até o julgamento final da presente reclamação.

Pugnam, ao final, pela desconstituição da

"(...) decisão de fls. 322/323, do processo de fase de cumprimento de sentença n.º 043/1.07.0001582-3, da 1ª Vara Judicial da Comarca de Cerro Largo/RS, na medida em que a mesma não oportunizou aos reclamantes o devido processo legal e o contraditório, declarando

Superior Tribunal de Justiça

nulo todos os atos posteriores, oportunizando o devido processamento do incidente de impenhorabilidade" (fls. 14/15 e-STJ).

É o relatório.

DECIDO.

A presente reclamação não reúne condições de prosperar.

Estabelecem as disposições do artigo 105, inciso I, alínea "f", da Constituição Federal que compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar originariamente a reclamação para a *"preservação de sua competência e a garantia da autoridade de suas decisões"*. Registre-se que tais hipóteses foram reiteradas no artigo 988 do Código de Processo Civil de 2015, juntamente com outras.

Transcreva-se:

"Art. 988. Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para:

I - preservar a competência do tribunal;

II - garantir a autoridade das decisões do tribunal;

III – garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;

IV – garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência;"

Além das hipóteses acima elencadas, o inciso II do § 5º do artigo em referência ainda deixou aberta a possibilidade de propositura de reclamação para garantir a observância de acórdão de proferido em julgamento de recurso especial repetitivo, desde que esgotadas as instâncias ordinárias.

Nesse contexto, verifica-se, de pronto, que o caso dos autos não se enquadra em nenhuma das hipóteses de cabimento da reclamação dirigida ao Superior Tribunal de Justiça, tendo os recorrentes, nitidamente, se valido da presente como sucedâneo recursal, o que não se pode admitir.

Ante o exposto, indefiro de plano a reclamação.

Publique-se. Intimem-se. Arquive-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator